

O turismo rural como alternativa econômica para a pequena propriedade rural no Brasil

El turismo rural como alternativa económica para la pequeña propiedad rural en Brasil

Rural tourism as an economic alternative for small rural properties in Brazil

Dario de Oliveira Lima Filho*

dolima@nin.ufms.br

Cícero Antônio Oliveira Tredezini**

tredezini@uol.com.br

Fabício Simplício Maia***

maiafs@gmail.com

Ariany Maia dos Santos****

arianyamaia@hotmail.com

Resumo

A pequena propriedade agrícola brasileira tem encontrado dificuldade para produzir uma renda satisfatória para o sustento da família. A alternativa mais discutida é a diversificação para atividades não agrícolas. Este artigo discute o turismo rural como uma alternativa econômica para o agricultor familiar. Para tanto, foi utilizada pesquisa documental em livros, artigos, relatórios e sites na *web* que tratam sobre o assunto. A pesquisa revela que o turismo rural contribui para aumentar a renda das pequenas propriedades rurais, por meio da venda de serviços, de artesanato e de produtos agrícolas. Além disso, tem a função de conservar, manter e valorizar o patrimônio histórico, cultural e natural da região, incluindo outros benefícios à população local, como melhoria na infra-estrutura e nos serviços públicos oferecidos.

Palavras-chave: Ecoturismo; Novo Rural; Desenvolvimento Local; Agricultura Familiar.

Resumen

La pequeña propiedad agrícola brasileña ha encontrado dificultades para producir una renta satisfactoria para el sustento de la familia. La alternativa más discutida es la diversificación hacia actividades no agrícolas. Este artículo discute el turismo rural como una alternativa económica para el agricultor familiar. Para ello fue utilizada investigación documental en libros, artículos, informes y sitios en la *web* que tratan sobre el tema. La investigación revela que el turismo rural contribuye para aumentar la renta de las pequeñas propiedades rurales por medio de la venta de servicios, de artesanías y de productos agrícolas. Además de eso, tiene la función de conservar, mantener y valorizar el patrimonio histórico, cultural y natural de la región, incluyendo otros beneficios para la población local, como mejora en la infraestructura y en los servicios públicos ofrecidos.

Palabras-clave: Ecoturismo; Nuevo Rural; Desarrollo Local; Agricultura Familiar.

Abstract

Small agricultural properties in Brazil have found it difficult to produce a satisfactory income to support the families. One of the most frequently discussed alternatives is diversification, to include non-agricultural activities. This article discusses rural tourism as an economic alternative for family farmers. It uses documentary research, in books, articles,

*Professor associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/MS). Doutor e Mestre em Administração de Empresas (Fundação Getúlio Vargas – FGV/ SP), Graduado em Administração (Centro de Ensino Unificado de Brasília – CEUB/DF).

**Professor adjunto do Departamento de Economia e Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/MS). Doutor em Geografia (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP/SP), Mestre em Economia (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/PE), Graduado em Ciências Econômicas (Universidade Federal de Viçosa – UFV/MG).

***Professor assistente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/MS). Mestre em Agronegócios (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS/MS), Graduado em Administração Rural (Universidade Federal de Lavras - UFLA/SP).

****Especialista em Turismo e Hotelaria (Universidade de São Paulo - USP). Graduada em Administração (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS/MS) e Turismo (Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal – UNIDERP/MS).

Endereço para correspondência: Rua Domingos Marques, 903 - Jardim Bela Vista - Campo Grande (MS) - CEP: 790.030-190

Telefones: (67) 3334 3564 / (67) 3345 3564

reports and websites dealing with the subject. The research shows that rural tourism contributes to increasing the income of small rural properties, through the sale of services, handicrafts and agricultural products. It also has the function of preserving, maintaining and valorizing the historical, cultural and natural heritage of the region, including other benefits for the local population, such as better infrastructure and public services.

Key words: Ecotourism; New Rural; Local Development; Family Farming.

1 Introdução

O processo de urbanização acelerada em torno de médias e grandes cidades brasileiras tem exigido de seus habitantes um contato maior com a natureza e com o animais. Por isso, há uma crescente importância, nos dias atuais, pelo turismo como prática social e, principalmente, como atividade econômica para os pequenos empreendedores. Esse crescimento tem contribuído para o surgimento de diversas iniciativas direcionadas para o seu desenvolvimento. O turismo é visto hoje como ferramenta para alavancar economias nacionais, regionais e locais (SILVEIRA, 2001; MOLETTA; GOIDANICH, 1999).

A experiência de trocar a paisagem de concreto das edificações urbanas por um cenário verde, coberto de plantações e animais, serve, para muitas pessoas, de remédio anti-*stress*. Em vista disso, percebe-se uma crescente demanda por esses ambientes naturais correspondentes do ecoturismo; nos últimos anos, vêm se destacando as demandas voltadas para o meio rural, na verdade, pelas paisagens que ele representa, e os turistas encontram a resposta no turismo rural (SILVEIRA, 2001).

De um lado, vive-se em um momento em que o mundo do trabalho e da produção vem passando por profundas transformações; esse fato exige iniciativas de criar novos mercados, referenciar e dinamizar economias locais e gerar dois dos pontos mais importantes do capitalismo, o emprego e a renda, por meio de setores como o turismo (SILVEIRA, 2001; CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000).

De outro, percebe-se que o emprego, particularmente na agricultura, está diminuindo mundialmente e, com isso, um dos principais desafios é gerar alternativas de emprego e renda para a população do campo, de modo a reduzir o êxodo rural que vem acontecendo nas últimas décadas (CHONCHOL, 2005).

Neste sentido, busca-se reconhecer, no próprio meio rural, uma alternativa econômica para o pequeno agricultor brasileiro. Uma alternativa é a implantação do turismo rural, que vai aparecer, neste caso, como um complemento da atividade principal que é a agricultura e esta vai se tornar um atrativo para os visitantes.

O presente estudo faz uma revisão de trabalhos que mostram como o turismo pode ser desenvolvido de forma planejada e sustentável em uma propriedade rural, oferecendo ao pequeno agricultor mais uma possibilidade para a resolução de seus problemas econômicos e sociais.

Foi utilizada a pesquisa documental em livros, artigos, relatórios e sites na *web* de órgãos do Governo Federal. Este estudo focalizou o turismo praticado em propriedades rurais que ainda sobrevivem da agricultura e têm como complemento da renda a prática do turismo e até venda de artesanatos regionais.

2 A agricultura e as atividades rurais não-agrícolas

O espaço rural brasileiro vem enfrentando uma série de problemas que perduram e que se intensificam com o passar dos anos. Muitas dificuldades são conseqüências de ações do passado e da falta de políticas públicas adequadas. Para promover o desenvolvimento no meio rural é fundamental a busca por alternativas e políticas públicas direcionadas para recuperar este meio e para proporcionar melhores condições de vida para sua população (CHONCHOL, 2005).

A Política Agrícola no Brasil não enfatizou o pequeno agricultor familiar; em consequência, houve um empobrecimento do campo. Como diz Elesbão (2000, p. 246):

A restrição de crédito para financiar a agricultura, a queda dos subsídios, os juros elevados, a elevação dos preços de insumos levaram a produção primária e, conseqüentemente, o meio rural a uma crise social e econômica sem precedentes nas últimas décadas.

Como a agricultura não possibilitava - e ainda não possibilita - uma renda que permitisse a reprodução social dos pequenos agricultores, esses tinham duas alternativas: ou migravam para os centros urbanos ou complementavam a renda fora da propriedade; essa busca por uma alternativa fez com que surgissem e crescessem no meio rural as atividades não agrícolas, entre outras: turismo, artesanato e prestação de serviços (ELESBÃO, 2000).

Teixeira (1998) revela que dentro dessas novas atividades não-agrícolas, que estão emergindo no meio rural, destaca-se o turismo rural, como uma fonte alternativa de desenvolvimento local. A autora acrescenta que esta atividade é capaz de revitalizar as áreas decadentes e estagnadas ao fomentar a diversificação de renda e trabalhos para a comunidade local.

Graziano da Silva, Del Grossi e Campanhola (2002) acreditam que existe um “Novo Rural” no Brasil, que é composto de três grandes grupos de atividades: (a) agropecuária moderna, com base em *commodities* e intimamente relacionada à agroindústria; (b) atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e (c) “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados. Os autores colocam o termo “novas” entre aspas, pois muitas destas atividades são seculares no Brasil, mas que não tinham importância econômica até alguns anos atrás.

Essas mudanças ocorridas no ambiente rural são explicadas por meio do processo de “mercantilização do tempo livre” das famílias rurais, isto é, do tempo em que os membros da família camponesa não estavam ocupados nas atividades agrícolas e que eram dedicados a atividades não-agrícolas e ao lazer. Esse processo mostra que a família rural passa a dedicar cada vez menos do seu tempo total para a produção agrícola, por isso, há uma crescente importância das atividades e rendas não agrícolas. As atividades agrícolas já não respondiam pela maior parte da renda da população rural no final do século passado (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI; CAMPANHOLA, 2002).

Além disso, existe uma múltipla inserção dos membros de uma mesma família no mercado de trabalho, denominada de pluriatividade, e que existe uma predominância nas unidades agrícolas de pequena escala. A pluriatividade afeta cerca de 1,6 milhão, dos 7,8 milhões de domicílios rurais existentes no país em 1998, e 1,3 milhão, dos 2,5 milhões de domicílios urbanos que têm, pelo menos, um de seus membros ocupados em atividades agrícolas (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI; CAMPANHOLA, 2002).

Pluratividade, segundo Campanhola e Graziano da Silva (2000), significa o conjunto de atividades agrícolas e não-agrícolas que geram ganhos monetários e não-monetários, independentes de serem internas ou externas à exploração agropecuária. Esses autores revelam, ainda, que (a) a pluriatividade está presente em 35% das famílias ligadas às atividades agrícolas; (b) nota-se uma queda na renda *per capita* dos agricultores familiares; (c) é crescente a importância das atividades não-agrícolas entre os pequenos produtores rurais.

Para o caso brasileiro, existem cinco grandes políticas fundamentais para o desenvolvimento desse Novo Rural: (a) políticas de “desprivatização” do espaço rural; (b) políticas de urbanização do espaço rural; (c) políticas de geração de renda e ocupações não agrícolas; (d) políticas sociais compensatórias ativas e (e) um re-ordenamento político-institucional. É preciso tomar o meio rural como um espaço de múltiplas dimensões e não apenas como um local onde se realizam atividades agropecuárias (GRAZIANO DA SILVA; GROSSI; CAMPANHOLA, 2002).

3 Características do Turismo Rural

A atividade turística é muito recente no Brasil, mas percebe-se que ela está em crescimento e, também, que é uma importante atividade econômica, abrangendo o setor de serviços, o comércio e a indústria, e destaca-se como um importante fator de desenvolvimento mundial, nacional, regional e local.

O turismo é um fenômeno social onde ocorre o deslocamento de forma voluntária e temporária de pessoas ou grupos, que possuem diversos motivos, de recreação a descanso, saem de sua residência habitual para um pólo turístico e não pode haver nenhuma atividade lucrativa nem remunerada. Esta atividade gera múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

O turismo tem um efeito multiplicador importante na economia, pois há um aumento na urbanização, incremento nas indústrias associadas, elevação na demanda por mão-de-obra para serviços turísticos e da indústria da construção, aumento da demanda por produtos locais, maior arrecadação de impostos e taxas, incremento na entrada de divisas para equilibrar a balança comercial. Além dessa importância na economia, existe um importante papel social influenciado pelo efeito multiplicador, pelas experiências trocadas, por todas as relações que se iniciam através do turismo.

A prática do turismo rural no Brasil é uma atividade relativamente nova, quando se faz uma comparação com outras modalidades (RODRIGUES, 2001). O ano de 1983 foi um marco no desenvolvimento do turismo rural, pois este passou a ser uma atração nas “fazendas-pousadas” de Lavras do Sul, nos “pampas gaúchos”, fronteira com o Uruguai. A experiência mais antiga em áreas rurais é do município de Lages, em Santa Catarina, e foi marcada pelo início de uma atividade organizada na Fazenda Pedras Brancas, em 1984. A atividade teve seu nascimento como uma alternativa de aproveitamento da estrutura existente nas fazendas e estâncias de criação de gado de corte e leiteiro. Foi constituída uma Comissão Municipal de Turismo, que apoiou um estudo sobre a procura potencial do turismo rural e sustentou o lançamento de um projeto piloto que obteve sucesso e abriu caminho a emergência de um novo produto na oferta turística brasileira (GRAZIANO DA SILVA; VILARINHO; DALE, 2000).

A procura pelas formas de lazer associadas ao meio rural iniciou-se de uma forma incipiente na década de 1970 e teve sua expansão com a divulgação do pensamento ecológico (ELESBÃO, 2000).

Autores como Joaquim (2001), Moletta e Goidanish (1999) e Rodrigues (2001) acreditam que não existe uma definição clara e objetiva do turismo rural, porque é um tipo de turismo que abrange muitas atividades e, por isso, pode entrar em outras formas de turismo.

Pesquisa conduzida por Joaquim (2001, p. 40) conclui que o turismo rural é originado por determinações da “moda”: turismo ecológico, turismo discreto, turismo verde, ecoturismo, turismo de natureza, entre outros. E essas noções têm três características em comum: “conservação do patrimônio natural e cultural; atividades baseadas nas potencialidades humanas e ambientais locais; e pequena dimensão das infra-estruturas de apoio às atividades turísticas”. Os tipos de turismo mencionados têm um denominador comum: o espaço rural. De acordo com Rodrigues (2001), existe uma distinção muito grande de uma unidade da federação para o outra, sendo que algumas cidades do mesmo estado detêm características particulares.

Para facilitar a caracterização do turismo rural é fundamental considerar os seguintes aspectos: o processo histórico de ocupação, a estrutura fundiária, as características da paisagem regional, as características da demanda, os tipos de empreendimentos, as atividades econômicas da atualidade e a estrutura agrária. O turismo rural está correlacionado às atividades agrárias do passado e do presente (RODRIGUES, 2001) e é uma atividade em que o homem urbano procura para buscar resgatar suas origens culturais, o contato com a natureza e a valorização da cultura local (MOLETTA; GOIDANISH, 1999).

Rodrigues (2001) sugere dois grandes grupos para melhor classificar o turismo rural: de cunho histórico e de natureza contemporânea. O primeiro, turismo rural tradicional, é dividido em outros três grupos: de origem agrícola, de origem pecuária e de colonização européia. O de origem agrícola tem como característica as propriedades do ciclo do café (principal atividade) e, também, um patrimônio arquitetônico de destaque, representado pelas sedes de fazenda, e possuem outras atividades como ordenha de vaca e colheita de frutas em pomares. É um tipo de fazenda-hotel, que não pode ser confundido com o conhecido hotel-fazenda, porque o primeiro é feito de uma adaptação para receber os hóspedes. Propriedades deste tipo são comumente encontradas no estado de SP, RJ, MG e PR.

O turismo rural de origem pecuarista é característico de fazendas que antes eram de produção cafeeira e foram se transformando em fazenda de gado; são propriedades que têm as trilhas dos tropeiros que faziam certos caminhos para transportar o gado, esse é o caso do estado do PR. No RS, na chamada Campanha Gaúcha, as propriedades de gado bovino, ovino e equino desenvolveram um rico patrimônio cultural.

As atividades praticadas no turismo rural de colonização européia estão relacionadas à história da imigração européia no Brasil, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, tendo os estados de SC, RS, SP e ES como destaques. Algumas fazendas possuem instalações suntuosas, os proprietários residem ou não na propriedade, a atividade agrária é ainda importante e o turismo representa uma atividade complementar. A Serra Gaúcha é um importante exemplo deste turismo rural colonial. Um outro tipo de abordagem deste tipo de turismo é quando as propriedades têm a finalidade de fazer e vender os produtos artesanais que produzem e a autora chama de turismo rural artesanal de origem colonial.

O segundo, turismo rural contemporâneo, é uma atividade que começa a ser praticada quando o turismo tem seu início como uma atividade econômica importante no Brasil. Para exemplificar essa modalidade têm-se: os hotéis-fazenda, as pousadas rurais, os *spas* rurais, segunda residência campestre, *campings* e acampamentos rurais, turismo de caça e pesca, turismo rural místico ou religioso, turismo rural científico-pedagógico e turismo rural etnográfico. Os hotéis-fazenda são hotéis localizados na zona rural, implantados para explorar esse tipo de turismo, valorizam a cultura local. Já a pousada rural é um empreendimento de pequeno porte e menor luxo; oferece aos visitantes a possibilidade de desfrutar da vida no campo. Os *spas* rurais têm o objetivo de oferecer aos hóspedes os prazeres da vida campestre juntamente com a possibilidade de emagrecimento com as caminhadas e o relaxamento.

A segunda residência campestre está geralmente localizada na área rural de municípios vizinhos de grandes centros urbanos. Os *campings* ou acampamentos rurais localizam-se, geralmente, em vale de rios, em áreas de expressiva cobertura vegetal, como as matas ciliares. O turismo de caça e pesca é muito presente no Pantanal, que possui ranchos de pesca e as atividades de caça podem ser encontradas no Norte Velho do PR.

O turismo rural místico ou religioso é uma modalidade com crescente expansão em locais como a Chapada dos Veadeiros (GO), onde se pratica a meditação e atividades místicas e, ainda, existem alguns que tentam contato com objetos voadores não identificados. Turismo rural científico-pedagógico tem estabelecimentos principalmente voltados para a recepção de alunos e estagiários, como é o caso de algumas escolas agrícolas, de nível médio e superior.

O turismo rural etnográfico, ainda de acordo com Rodrigues (2001), é, por exemplo, o caso da reprodução de aldeias indígenas para receber grupos de estudantes. Esta é uma forma de valorizar a cultura indígena. É importante ressaltar que a autora quer mostrar as várias definições de turismo rural ou o que pode ser relacionado e classificado como este tipo de turismo.

Campanhola e Graziano da Silva (2000), para evitar qualquer confusão, fazem uma diferenciação entre duas definições: turismo no meio rural e agroturismo. No primeiro, estão englobadas as atividades de lazer realizadas no meio rural; neste conceito estão relacionadas as

seguintes atividades: *spas* rurais, centro de convenções rurais, festivais, rodeios, gastronomia regional, *campings*, hotéis-fazenda, entre muitas outras. Os autores afirmam que estas atividades do turismo no meio rural não podem estar relacionadas às propriedades agrícolas produtivas.

Graziano da Silva, Vilarinho e Dale (2000, p. 20) apresentam uma definição detalhada do agroturismo para o caso do Brasil:

Atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas e que continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade; devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e bens não materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro, etc.), a partir do 'tempo livre' das pequenas famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão-de-obra externa.

São exemplos de atividades associadas ao agroturismo: a fazenda-hotel, o pesque-pague, a fazenda de caça, a pousada, o restaurante típico, as vendas diretas do produtor, o artesanato, a industrialização caseira e outras atividades de lazer associadas a recuperação de um estilo de vida dos moradores do campo.

A Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) adota um conceito que tem caráter mercadológico, ou seja, é um conjunto de atividades de turismo vinculadas à produção agrícola, adicionando valor ao produto do meio rural, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural das comunidades campesinas (SILVEIRA, 2001).

3.1 Turismo rural em números

O Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2003) divulgou o perfil dos empreendedores e dos clientes do turismo rural. O órgão teve como fontes de informações a Associação Brasileira de Turismo Rural e o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE). Os dados mostram que a mulher conduz 92% dos negócios do turismo rural. Este tipo de turismo aparece para a mulher do campo como ele realmente é: uma atividade democraticamente ofertada, favorecedora da agricultura familiar, comprometida com a produção agrícola, a tradição e os costumes da comunidade, o meio ambiente e o patrimônio histórico e cultural da região, ou seja, uma atividade voltada para o desenvolvimento sustentável.

Em relação ao tamanho da propriedade onde são praticadas as atividades de turismo rural, 43% das iniciativas turísticas no campo se situam em áreas de até 50 hectares, onde se dá a agricultura familiar; 31% estão localizadas em áreas de 51 a 250 hectares, 19% de 251 a 1500 hectares e 7% acima de 1500 hectares.

O perfil mostra, ainda, que 28% da mão-de-obra na atividade é, exclusivamente, familiar, 69% referem-se à mão-de-obra local (familiares de empregados da mesma propriedade e/ou de propriedades vizinhas) e 3% trabalhadores contratados em outros centros.

Com relação à produção voltada ao turista: 37% são de hortaliças, frutas e grãos; 58% são de animais de pequeno, médio ou grande portes; 29% são produtos da agroindústria artesanal, como embutidos, conservas, queijos etc.; e 75% são de artesanato.

4 Impactos do turismo rural na pequena propriedade

Assim como o turismo convencional, o turismo rural constitui uma importante fonte de renda, proveniente de impostos e de divisas para as localidades onde ocorre. Esta atividade cria uma receita financeira à atividade já existente na zona rural e, algumas vezes, pode promover a criação de mercado para os produtos tradicionais das propriedades (alimentos e artesanato), absorvendo o excedente de produção (RUSCHMANN, 2000). Além disso, pode desencadear

uma série de benefícios para o pólo receptor, o chamado efeito multiplicador, porque um gasto turístico propaga-se pela economia local, gerando outras despesas como pagamento de insumos, matéria-prima ou salários, sem os quais o turista não teria sido atendido (MOLETTA; GOIDANICH, 1999).

A prática deste tipo de turismo promove a geração de empregos, ocupando a mão-de-obra familiar. Em certos casos, pode-se até reverter o processo de êxodo rural dos jovens, que não precisam migrar para as grandes cidades em busca de emprego (RUSCHMANN, 2000; MOLETTA; GOIDANICH, 1999).

Além disso, pode ocorrer a preservação do patrimônio natural, haja vista que o turista busca um maior contato com a natureza, podendo-se criar oportunidades para aumentar a consciência ambiental tanto dos visitantes como da população local. Dessa forma, o turismo rural pode promover a preservação e a recuperação do espaço rural. Pode haver, também, a preservação do patrimônio cultural, devido ao fato de o turista buscar um maior contato com os aspectos culturais e históricos do meio rural. Assim, pode promover um resgate e valorização da cultura local, por meio da gastronomia, do artesanato, dos tipos de móveis e da arquitetura existentes, dentre outras formas (MOLETTA; GOIDANICH, 1999).

Por outro lado, o turismo rural auxilia no desenvolvimento da consciência associativista, pois os produtores da região podem trabalhar em cooperação, obtendo resultados imediatos e mais eficazes do que individualmente. Para facilitar, a criação de uma associação de turismo rural local possibilita um ganho maior junto aos órgãos e entidades específicas do setor. Essa associação permite melhorar a qualidade de vida local por meio de investimentos na infra-estrutura básica, quais sejam: água, luz, telefonia, estradas etc. (MOLETTA; GOIDANICH, 1999).

É importante salientar que esses impactos positivos podem gerar o desenvolvimento das áreas rurais e naturais. Nesse sentido, esse tipo de atividade constitui um componente básico do desenvolvimento local a partir do respeito ao patrimônio cultural e natural e da participação direta da população rural. Esse desenvolvimento local deve ser incrementado a partir da perspectiva do desenvolvimento turístico sustentável, que é a busca de uma relação mais produtiva entre a indústria turística, o visitante, a população local e o meio ambiente. É importante registrar que é necessário encontrar uma forma de conservar e sustentar o desenvolvimento da atividade turística sem que ocorra o desgaste dos recursos naturais e culturais, a enganação do visitante e a exploração da população local (SILVEIRA, 2001).

Para perseguir esse desenvolvimento sustentável do turismo, é necessária uma política territorial e de uma estratégia de desenvolvimento local, baseada no planejamento integrado da atividade turística (SILVEIRA, 2001). Por isso, as comunidades ligadas ao turismo rural devem encontrar um equilíbrio entre os custos e os benefícios do turismo rural, pois, do contrário, pode gerar os seguintes impactos negativos: (a) diminuição da qualidade das áreas naturais e históricas pelo número excessivo de turistas e de equipamentos específicos; (b) aumento dos ruídos e efluentes líquidos e sólidos; e (c) não comprometimento da comunidade local, entre outros (RUSCHMANN, 2000).

5 Características do produto do “novo” rural

O produto gerado pelo turismo rural é um conjunto de bens e serviços organizados em cada propriedade, incluindo os atrativos cultural e natural e a infra-estrutura, a um preço justo. A beleza perde atratividade se o local não contar com uma infra-estrutura adequada para a recepção de pessoas. A permanência do turista está intimamente ligada ao grau de estruturalidade do produto turístico, para gerar os benefícios ao núcleo receptor. Princípios como: o atendimento familiar e preservação das raízes; harmonia e sustentabilidade ambiental; autenticidade de identidade;

qualidade do produto e envolvimento da comunidade local são imprescindíveis para o atendimento das expectativas dos visitantes (MOLETTA; GOIDANICH, 1999).

Um dos pontos importantes a considerar na perspectiva do desenvolvimento local, refere-se ao aproveitamento das especificidades locais ou territoriais e ao pleno aproveitamento de suas potencialidades e oportunidades (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000). O conjunto de detalhes e o próprio ambiente darão personalidade ao pequeno empreendimento, entretanto, a imagem que o turista busca ao dirigir-se para o meio rural nem sempre se reflete uniformemente. Introduzir procedimentos relacionados à higiene dos alimentos, saneamento básico, cuidados com animais nocivos ao homem e ao meio ambiente próprio, além de precauções necessárias na utilização de produtos agroquímicos. O turismo no meio rural deve ser uma atividade difusa, diretamente relacionada com aspectos ambientais e com especificidades inerentes a cada local. Alguns aspectos de grande importância devem ser levados em consideração na hora de planejar um produto rural, a exemplo de: atrativo turístico, estrutura turística e a interação com a comunidade local (MOLETTA; GOIDANICH, 1999).

5.1 Atrativo turístico

Turismo é a arte de administrar detalhes. Um dos primeiros passos à implantação da atividade turística são o conhecimento e a identificação dos atrativos do produto turístico, considerando a vocação natural do local e da região, pois a autenticidade e a naturalidade são inerentes ao produto turístico rural. A avaliação da gestão geral do pequeno empreendimento é dividida em: capacidade financeira para adequações e eventuais reformas e ampliações, seguidos da real análise de capacidade de atendimento ao público, partilhado com as tarefas diárias da propriedade relacionadas ao número adequado de funcionários; não se pode esquecer de algo autêntico e tradicional para que o visitante descanse e passe bem seu tempo livre em um ambiente rural.

Os atrativos do produto rural podem ser agrupados em cinco dimensões (MOLETTA; GOIDANICH, 1999):

a) Paisagem: busca-se reconhecer o meio rural e sua paisagem como fonte de potencial perceptiva para o turismo, por força dos aspectos singulares de sua humanização e sua diversidade. Indicador privilegiado para o turista em que mostra como este está mudando realmente de lugar, a paisagem, produto da sociedade e da cultura que se desenvolve em toda a parte, produto social resultado da transformação turística coletiva quando humanizadas, representam a acumulação de informações que se deram ao longo dos tempos, dados de pessoas e sociedades as quais foram modelando-a. O mundo atual possui fonte riquíssima de acordo com esta concepção cultural de paisagem, pois possui muitas particularidades regionais e locais que se expressam fisicamente, sobretudo, pela paisagem.

O meio rural brasileiro, com fauna e flora silvestre típicas, com grandes diversidades de ambientes, é usado como fator de atração de visitantes, pois este segmento do turismo também vem em busca de ambiente pouco alterado. Topografia, clima ou as modificações ambientais, ocorridas de acordo com a mudança das estações, são recursos típicos de exploração para atividades turísticas. Por isso, paisagem e turismo são duas realidades intimamente relacionadas. A paisagem é um elemento substancial do fenômeno turístico e, portanto, um recurso de grande valor no desenvolvimento e na consolidação da oferta turística.

b) Atividades agrícolas da propriedade: estas atividades são um dos focos do turismo rural, pois o turista busca e vem ao encontro da sua observação e interação. A participação do visitante no trabalho diário, como ordenha, marcação de gado, manejo da horta, colheita, plantio, tosquia, preparação de pães e biscoitos, fabricação de bebidas como cachaça, vinho, entre outros, é de grande importância para consolidar a prática do turismo rural.

c) Cultural local: elementos como origem, história, costumes da região e hábitos são específicos e inevitáveis para a formatação do processo turístico a ser implantado. Atrativos

como: grupos folclóricos para canto e dança noturna, contadores de histórias regionais, ressaltando que estas pessoas estão tipicamente vestidas visando causar boa impressão, podendo, assim, ser diferencial na região.

d) Atividades recreativas: podem ser relacionadas com a “lida” do campo, de alguma forma e, também, tem que ser efetivamente realizadas como: pescaria, passeios a pé em trilhas, fotografias, cursos de artesanato, passeios de charrete, passeios a cavalos, visitas a pontos históricos da região.

e) Gastronomia: a autenticidade como sendo primário no turismo rural veio nos mostrar o legado importante na história de um povo, uma vez que a gastronomia exige mais tempo na sua preparação e, garantindo a qualidade, em muitas propriedades existem receitas familiares e formas de preparos únicos. A melhor composição do ambiente dá-se com meios para preparação dos alimentos, como fogão à lenha, panelas de ferro e de barro, churrasco feito no chão. Deve-se exercer o “tradicionalismo alimentar”.

5.2 Estrutura turística

Além da identificação dos atrativos para o melhor desenvolvimento do turismo rural, é necessária a organização de uma estrutura turística, a fim de possibilitar a qualidade dos serviços prestados, desde o acesso de entrada até a hora que o visitante se despede da propriedade rural. Diversos aspectos, como o fornecimento de energia elétrica, água potável, devem receber cuidados especiais e periódicos, pois fazem parte da infra-estrutura, são fundamentais e necessários para o bom funcionamento da propriedade.

Em relação aos equipamentos e serviços turísticos, que são aqueles específicos para manter o turista na propriedade, esses devem estar apoiados no diferencial do turismo rural, ou seja, na autenticidade e rusticidade da vida no campo, baseados na cultura local, não sendo confundidos com improvisos ou desconforto.

O atrativo do turismo rural se apóia em atividades oferecidas ao turista junto à propriedade, que deve sofrer uma adequação para o turismo. Trata-se, na maior parte, de pessoas inexperientes, entretanto, com vontade e afinco para realizar as tarefas; assim sendo, é obrigação do pequeno proprietário preparar a área, a fim de evitar falhas no atendimento.

5.3 Interação com a comunidade local

Partindo do pressuposto de que quanto mais efetiva for a articulação entre iniciativa privada, comunidade e setor público, maiores serão as chances de concretizar o pequeno empreendimento turístico, o turismo rural pode criar inúmeras oportunidades de negócios para a comunidade em seu entorno. Todavia, os produtos que não são produzidos na propriedade podem ser oferecidos por outros pequenos produtores da região.

Atividades como organizar a comunidade vizinha para o oferecimento de produtos alimentícios aos visitantes, sensibilizar a comunidade geral e regional da importância do turismo, para que o planejamento turístico se torne integrado a um objetivo geral e cooperado são fundamentais.

6 Análise de viabilidade do turismo rural

Após analisar o potencial do produto turístico da pequena propriedade rural, é necessário discutir a viabilidade econômica desse produto. Moletta e Goidanich (1999) acreditam que no momento de formar o preço do produto de uma propriedade, voltada para o turismo rural, alguns aspectos devem ser levados em conta: (a) a atividade praticada não é destinada ao turismo de massa, que tem um grande fluxo de pessoas; deve-se dar ênfase à personalização em um ambiente tranquilo; (b) não deve ser cobrado preço exorbitante do turista, ou seja, o pequeno

empreendedor rural não deve esperar lucro imediato, de modo a garantir o retorno do cliente à propriedade; e (c) observar a questão da alta e da baixa temporada; o proprietário deve tentar distribuir a demanda para que ela ocorra de forma homogênea e regular durante o ano.

Na etapa da implantação, é preciso adequar as instalações para acomodar os visitantes e deve-se fazer um treinamento das pessoas encarregadas de atender os turistas (MOLETTA; GOIDANICH, 1999), porque, em muitas propriedades, será necessário contratar funcionários para ajudar neste negócio do “novo” rural.

Moletta e Goidanich (1999) afirmam que, além dessas preocupações, é preciso atentar-se para os custos, divididos em dois grupos: custos iniciais de investimentos e custos operacionais. Os custos iniciais estão relacionados a toda a estrutura, a capacitação da equipe e a forma de divulgação para formatar e colocar o produto no mercado, a implantação do produto turístico rural requer incrementos para adequar a propriedade. Os itens necessários para visualizar os custos iniciais são: obras necessárias (recepção, sanitários, quartos, entre outras); recursos humanos (pessoal necessário para a implementação da atividade e capacitação da equipe); compra de equipamentos necessários (materiais novos para refeições, quartos e, em alguns casos, artigos de decoração local para a casa).

Os custos operacionais estão relacionados aos itens de despesa necessários para a manutenção da propriedade, como: salários, água, luz, limpeza, entre outros. Para incluir atividades que poderão aumentar o rendimento da propriedade, é necessário avaliar os seguintes aspectos: taxas, venda de artesanatos agrícolas e outros.

As taxas são o pagamento do serviço prestado e têm o objetivo de cobrir os custos operacionais e trazer lucros. O proprietário rural deve avaliar a estratégia a ser adotada e verificar o equilíbrio entre o valor da taxa e o número de visitantes desejado. Para determinar o valor da taxa, é recomendável fazer um estudo com apoio do SEBRAE ou de entidades de classes. A venda de artesanatos e produtos agrícolas é uma outra fonte de complementar o rendimento e vender a produção excedente e, além disso, é uma maneira de divulgar o empreendimento.

Ao fazer parcerias na elaboração de material promocional, existem empresas de outros ramos que gostariam de vincular seu nome com o projeto de turismo rural em pequenas propriedades e, por outro lado, pode-se produzir um material de divulgação integrando vários empreendimentos da região; é uma forma de dividir os custos, por meio de associações, condomínios ou cooperativas.

7 Considerações finais

O presente artigo teve o intuito de discutir o potencial e a viabilidade de se praticar o turismo rural como uma importante alternativa econômica para o pequeno agricultor no “novo” rural brasileiro, seja de propriedade individual ou coletiva. É importante ressaltar que foi discutido, através de uma pesquisa bibliográfica, como desenvolver o turismo rural, uma atividade não agrícola vista como um complemento para a atividade principal: a agropecuária. Essa atividade primordial é um dos atrativos mais importantes da propriedade, por isso, deve ser mantida.

É importante salientar que o turismo rural não é a solução para os problemas do campo como um todo, pois não atinge a todos os agricultores, mas apenas os que possuem uma cultura voltada para a preservação ambiental e a busca de alternativas econômicas para sua continuidade no campo. Entretanto, o turismo rural tem a importante função de induzir o desenvolvimento e a preservação ambiental de regiões. Além disso, tem o papel de conservar, manter e valorizar o patrimônio histórico, cultural e natural da região onde está sendo explorado, proporcionando vários benefícios à população local, como: melhoria na infra-estrutura, nos serviços oferecidos, podendo, também, criar demanda para os produtos agrícolas (VIEIRA, 2004).

A prática do turismo rural tem grande valor para o pequeno agricultor, pois representa uma segunda chance para as áreas rurais, visto que a outra atividade desenvolvida tem perdido a sua

potencialidade produtiva. Por isso, é necessário se preocupar com o futuro e com a sustentabilidade desta atividade; ela vai depender da qualidade do produto oferecido, da promoção dos valores locais e da estabilidade da autenticidade cultural e, sem dúvida, da proteção do meio ambiente.

Há alguns passos a serem seguidos para o desenvolvimento da atividade turística na pequena propriedade rural. O primeiro passo é verificar a potencialidade do local, se a propriedade tem vocação para o turismo de um dia ou se os turistas terão atividades para um final de semana. A segunda etapa engloba a busca de capital para investimento, de parcerias e de informações. O próximo passo refere-se às modificações (na estrutura) e, também, a divulgação; ao mesmo tempo, é importante capacitar a mão-de-obra, verificando se a família fará parte deste novo negócio ou se um funcionário contratado ficaria responsável por esta organização. O último passo é a efetiva operação do local como atrativo turístico. É importante ressaltar que o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) é um incentivador e parceiro no desenvolvimento desta atividade, portanto, poderia ser o primeiro a ser procurado para obter informações e parceria.

Para que o turismo rural se aproprie dessas vantagens e do desenvolvimento local, deve-se ter em mente que é necessário o planejamento da atividade e a procura de parcerias. Por isso, os governos municipal, estadual e federal devem exercer um papel fundamental na elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento do turismo. O Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), que é um programa de âmbito nacional elaborado pela EMBRATUR, parece não ter sensibilizado o poder público municipal. Poucas prefeituras procuraram desenvolvê-lo para que os pequenos agricultores vejam, na prática, o turismo rural como uma opção para o aumento de sua renda. No entanto, segundo Wilkinson (2000), a tendência é que o governo federal venha a ser substituído pelo poder local.

De fato, em 2003 foi lançado, pelo governo federal, o Plano Nacional de Turismo (PNT), que prevê o desenvolvimento do turismo em macro-regiões, abrangendo um conjunto de municípios. Para tanto, o PNT sugere a organização dos municípios de consórcio e abre um programa de fomento para financiar a infra-estrutura local e atividades turísticas provadas (SANSOLO; CRUZ, 2003; BRASIL, 2003).

O PNT derivou o Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar (BRASIL, 2004), que incentiva a prática do turismo no espaço rural, pregando o associativismo e a multifuncionalidade, sendo esta o desenvolvimento de várias atividades ligadas à propriedade rural.

Alves e Valente Júnior (2003) sugerem que as políticas públicas aos pequenos proprietários rurais devem ser direcionadas ao conjunto dos habitantes do espaço rural ao invés de se concentrarem nas atividades agrícolas, como ocorre atualmente. Isso significa apoiar as atividades potenciais ou existentes, a exemplo do turismo, de modo a contribuir para o aumento da renda da população rural. De acordo com Alves (2002), o primeiro passo requer o fortalecimento das iniciativas locais e da participação popular, de modo a identificar e legitimar as atividades não-agrícolas com maior potencial, como o turismo, o artesanato. O segundo exige que as políticas públicas passem a valorizar e apoiar as atividades agrícolas e não-agrícolas que contribuam para o aumento da renda das famílias.

O desenvolvimento sustentável do espaço rural, que abrange atividades agrícolas e não agrícolas, deve ser baseado nas seguintes diretrizes gerais (CAPORAL; COSTABEBER, 2002):

a) dimensão ecológica: significa uma consciência dos agentes locais de “cuidar da casa”, abrangendo o cuidado da biodiversidade como um todo;

b) dimensão social: os produtos gerados, em bases renováveis, devem ser apropriados e usufruídos por vários grupos da sociedade;

c) dimensão econômica: diz respeito à manutenção de uma renda razoável para o agricultor de modo a deixá-lo em condições de continuar desenvolvimento atividades preservacionistas da propriedade;

d) dimensão cultural: as atividades turísticas desenvolvidas devem respeitar a cultura local, contribuindo para a inserção do turismo na prática da comunidade;

e) dimensão política: estimula a prática associativista para formar as redes de organização social e de representações de diversos agentes da população rural;

f) dimensão ética: significa a transmissão intergeracional de valores éticos ligados à preservação do meio ambiente.

Para aprofundar no tema turismo rural, recomenda-se fazer um estudo de caso em um município que já desenvolve a atividade como complemento da renda de agricultores familiares individuais ou em assentamentos coletivos.

Referências

ALVES, M. O.; VALENTE JÚNIOR, A. S. Perfil das atividades não-agrícolas no rural do Pólo de Desenvolvimento de Agronegócios Baixo Jaguaribe: resultados preliminares. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, XLI, 2003. **Anais...** [CDROM]. Juiz de Fora, SOBER, 27 a 30/07/2003.

ALVES, M. O. Pluriatividade no sertão nordestino: uma estratégia de sobrevivência. **Raízes**, v.21, n.1, jan-jun 2002.

BRASIL. País. Ministério do Meio Ambiente. Turismo Rural, 2003. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sga/pantanal/site/esptur2.html>> Acesso em 5 julho 2003.

BRASIL. País. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar**. Brasília: MDA, 2004.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J.A.; RIEDL, M. (Orgs.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru-SP: EDUSP, 2000, p.145-179.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 3, n. 3, p.70-85, jul./set. 2002.

CHONCHOL, J. A soberania alimentar. **Estudos Avançados**, v.19, n.55, p.33-48, 2005.

ELESBÃO, I. O turismo como atividade não agrícola em São Martinho-SC. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Orgs.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru-SP: EDUSP, 2000. p.245-263.

GRAZIANO DA SILVA, J.; VILARINHO, C.; DALE, P.J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J.A.; FROEHLICH, J.M.; RIEDL, M. (Orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2000, p.15-62.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M.E.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília, v.19, n.1, p.37-67, jan/abr 2002.

JOAQUIM, G. Turismo e mundo rural: que sustentabilidade? In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001, p.35-45.

MOLETTA, V.F.; GOIDANICH, K.L. **Turismo rural**. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 1999.

RODRIGUES, A. B. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 101-116.

RUSCHMANN, D.V.M. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (Orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2000, p.63-73.

SANSOLO, D. G.; CRUZ, R. C. A. Plano nacional do turismo: uma análise crítica. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 3, n. 4, 2003.

SILVEIRA, M. A. T. Política de turismo: oportunidades ao desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001, p.133-150.

TEIXEIRA, V. L. **Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ: Instituto de Ciência Humanas e Sociais/UFRRJ, 1998.

VIEIRA, D. D. Turismo como alternativa de desenvolvimento para o meio rural. Disponível em <<http://revistaturismo.cidadeintenet.com.br/artigos/rural.html>>. Acesso em: 30 nov 2006.

WILKINSON, J. Distintos enfoques e debates sobre a produção familiar no meio rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.1, n.3, p. 11-19, jul/set 2000. Disponível em <<http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/n3/06-artigo1.htm>> Acesso em: 17 jan 2006.

